

## Apesar da remoção, parte dos garimpeiros continuará dentro das áreas Yanomami

por Cláudia Trevisan de Brasília

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, está estudando a demarcação de três áreas que seriam designadas aos garimpeiros que estão sendo retirados da reserva indígena Yanomami. Duas dessas áreas estão localizadas dentro dos 9,4 milhões de hectares interditados por uma liminar da Justiça federal de Brasília. A outra faz fronteira com a região.

As glebas que estão sendo consideradas para o assentamento dos garimpeiros são as seguintes: Ura-ricá/Santa Rosa, que tem 100 mil hectares e está fora da área interditada; Ura-ricoera (125 mil hectares) e Cotrimari/Couto Magalhães (280 mil hectares), localizadas dentro da região de 9,4 milhões interditada pela liminar. Ao todo, 505 mil hectares seriam destinados aos garimpeiros. A região em litígio é localizada nos estados de Amazonas e Roraima.

A demarcação dessas áreas será feita por decreto do presidente José Sarney, informou o ministro. Segundo ele, a demarcação não vai contrariar a liminar que interdita a área. "A liminar deve estar de acordo com a lei. Se houver lei demarcando as áreas não há problema", disse Saulo Ramos.

Perguntado por que não pedia a cassação da liminar, o ministro respondeu que também quer a retirada dos garimpeiros da região. Agora, segundo ele, poderá ser regularizada a atividade dos garimpeiros que atualmente é clandestina. Com isso, a união estará "cumprindo o preceito constitucional que diz que é de sua competência estabelecer áreas e condições para o exercício da atividade de garimpagem", ponderou o ministro.

Saulo Ramos observou que as três áreas que serão destinadas ao garimpo têm um potencial aurífero "equivalente, mas inferior ao existente nas reservas indígenas". Quando fala em reservas indígenas, o ministro se refere a 19 regiões de 1,4 milhão de hectares que são ocupados por tribos Yanomami. O restante dos 9,4 milhões de hectares é formado por du-

## Para juiz, Tuma cumpre a liminar

por Cláudia Trevisan de Brasília

O juiz em exercício na 7ª Vara da Justiça Federal em Brasília, João Baptista Aguiar, entendeu que o diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, está cumprindo a liminar que determina a retirada de garimpeiros da área de 9,4 milhões de hectares considerada como reserva dos índios Yanomami pela medida judicial.

O pedido de explicações enviado ao diretor da Polícia Federal foi apresentado pelo procurador da República Eugênio Aragão. Caso ficasse caracterizado o descumprimento da liminar concedida pela Justiça Federal do Distrito Federal, Aragão pediria a decretação da prisão de Romeu Tuma. "Descaracterizada a desobediência, é inviável a ordem de prisão requerida", disse o juiz em seu despacho.

Nas explicações que apresentou à Justiça, o diretor da Polícia Federal informou que o programa de retirada dos garimpeiros prevê duas etapas. A primeira, a ser cumprida no período de 8 a 17 de janeiro. A segunda etapa será iniciada após esta data. Nesta última fase seriam retirados os garimpeiros que ainda permanecessem na área. Após examinar as explicações, o juiz considerou que "o exame desses documentos permite concluir que o Departamento de Polícia Federal está cumprindo o que lhe foi determinado na liminar deferida: prestar o apoio necessário na tarefa de desocupação das áreas".

O juiz determinou que no prazo de 20 dias o diretor-geral da Polícia Federal apresente à Justiça um relatório completo das providências tomadas para cumprimento da liminar.

as florestas e um parque nacional. Segundo o ministro, as florestas nacionais podem ser exploradas com finalidade econômica e é nessas regiões que estão as duas áreas que possivelmente serão destinadas aos garimpeiros.

## Inpe vai mapear a região de Roraima

por Francis Salles

de São José dos Campos  
A proibição do garimpo na reserva dos índios Yanomami, a noroeste de Roraima, de nada vai adiantar "se não se obedecer o limite da bacia hidrográfica", ou seja, é preciso que seja feita uma remarcação da reserva proibindo o garimpo desde o início da bacia hidrográfica da região. A sugestão é do pesquisador do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), Antonio Tebaldi Tardin, que está trabalhando no convênio assinado em dezembro entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Inpe para mapear, através de imagens de satélites, as 19 áreas na reserva dos Yanomami, por um período de seis meses.

A pesquisa do Inpe consiste em identificar para a Funai os pontos de atividade de mineração na região limite da reserva dos

índios Yanomami, apontando pistas de pouso do garimpo, mananciais, tipos de vegetação, relevo e estradas.

O produto final da pesquisa sairá no final de junho. "Esse trabalho não só vai gerar mapas com todas as informações como testar o sistema de informação geográfica da região, inclusive com identificação dos focos de malária através de uma pesquisa de campo", explicou o pesquisador do Inpe.

A chefe do Serviço de Meio Ambiente da Funai, Sandra Ayres, disse, quando foi assinado o convênio com o Inpe, que esta seria a primeira etapa de um trabalho mais amplo a nível ambiental, associado à proteção da saúde desses índios, que vêm sendo dizimados por causa da grande atividade de garimpo na região de Roraima.

## Governo adia demarcação das terras dos Caiapós

por Cleide Castro

de Brasília  
O governo adiou pela segunda vez, em uma semana, a assinatura do decreto da demarcação das terras dos índios Caiapós, no Médio Xingu. Contrariando o que ficara acertado, na última quinta-feira, durante uma reunião na Funai, o presidente do órgão, Iris Pedro de Oliveira, viajou, ontem, para os Estados Unidos, sem liberar a minuta do decreto à apreciação do presidente José Sarney, o que deveria ter ocorrido ontem.

Com a informação da "viagem de serviço" do presidente da Funai, um grupo de índios, liderados pelo cacique Raoni e o roqueiro Sting, esteve no Palácio do Planalto, para cobrar uma definição do presidente. Também estava presente o presidente da Fundação Mata Virgem, Olympio Serra, portador de uma carta, comunicando a viagem de Oliveira aos EUA. Eles foram recebidos pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Luiz Roberto Ponte, que foi o alvo da irritação do cacique Raoni, face à indefinição

que persiste quanto à demarcação da reserva.

"Não sou criança, não sou moleque, não sou mulher. Fale comigo como homem", disse Raoni ao ministro Ponte, com o argumento de que se há alguma dificuldade para resolver a questão, isto deve ser abordado de forma clara. O ministro afirmou que "a insatisfação dos índios é pertinente" e assegurou que "é desejo do presidente atender a reivindicação, que, mais que justa, é uma determinação constitucional".

O ministro disse aos índios que vai procurar as pessoas envolvidas com o assunto e, caso não haja discordância em relação à minuta do decreto, "ainda esta semana pode haver uma decisão".

Descontente com o encaminhamento que está sendo dado à questão, o presidente da Fundação Mata Virgem lembrou que o processo da demarcação da reserva Caiapó está na Funai desde 1985. Segundo Olympio Serra, as terras constituem uma das áreas mais importantes do ponto de vista conservacionista.